

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E DO PERFIL DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DAS REGIÕES METROPOLITANAS APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

EVOLUTION OF OCCUPATIONAL STRUCTURE AND INCOME DISTRIBUTION OF THE METROPOLITAN AREAS AFTER THE IMPLEMENTATION OF "PLANO REAL"

Fernando Augusto M. MATTOS¹

RESUMO

Este artigo analisa as modificações na estrutura ocupacional e no perfil de distribuição da renda em regiões metropolitanas brasileiras selecionadas após a implementação do Plano Real.

Palavras-chaves: *Plano Real; distribuição de renda; estrutura ocupacional; regiões metropolitanas brasileiras.*

ABSTRACT

This article analyses the changes in the occupational structure and in the income distribution in some particular Brazilian metropolitan regions after the implementation of "Plano Real".

Key-words: *Real Plan; income distribution; occupational structure; Brazilian metropolitan regions.*

APRESENTAÇÃO

A abertura comercial e financeira a que foi submetida a economia brasileira a partir dos anos 90 promoveu significativas mudanças no

cenário econômico do país. No que se refere ao mercado de trabalho, em particular, a política de abertura, aliada às políticas destinadas a promover a desregulamentação das leis trabalhistas (Cardoso Jr., 2001), tendo como pano de fundo o

⁽¹⁾ Professor do Centro de Economia e Administração (CEA) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp. Participante do Grupo de Pesquisa do CEA, intitulado "Desenvolvimento Econômico, Regional e Urbano". Este artigo representa uma contribuição para o debate do desenvolvimento regional e urbano brasileiro no referido Grupo de Pesquisa. Professor no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciências da Informação da PUC-Campinas.

aumento pronunciado das taxas de desemprego, promoveu uma série de transformações já bem descritas por ampla literatura² sobre o tema: (a) ampliação da informalidade das relações de trabalho, com aumento das contratações sem registro em carteira e das ocupações por conta-própria (autônomas), (b) queda pronunciada dos rendimentos médios reais na recessão do início da década, (c) queda do peso do emprego com carteira, ao lado de fragilização da evolução dos rendimentos desses trabalhadores e (d) piora do perfil de distribuição funcional da renda. Quanto à evolução do perfil da distribuição pessoal da renda, a década apresentou resultados controversos e que, portanto, merecem ser interpretados com muito cuidado. Parece claro que houve uma piora do perfil distributivo durante a recessão do período Collor, assim como se pode afirmar que, depois de 1998, até o ano 2000 (pelo menos), a desigualdade também aumentou.

O objetivo deste artigo é avaliar a evolução da estrutura ocupacional e do perfil distributivo das regiões metropolitanas brasileiras que resultou da implementação do Plano Real. Para contextualizar as transformações ocorridas nos mercados de trabalho metropolitanos, pretendemos iniciar o nosso estudo destacando as principais causas das mudanças do perfil distributivo ocorrido no conjunto dos ocupados do mercado de trabalho brasileiro como efeito da introdução do Plano Real, em primeiro de julho de 1994. Feito esse estudo inicial, poderemos reunir elementos mais substanciais para avaliar a evolução do perfil distributivo de cada metrópole.

A interpretação do conteúdo ocupacional diferenciado das metrópoles brasileiras tornará mais conclusivas as hipóteses aventadas na

primeira parte deste artigo. Escolhemos quatro regiões metropolitanas cujos resultados serão analisados mais detidamente: a região metropolitana de Curitiba, a de São Paulo, a de Belo Horizonte e a de Salvador³. A escolha dessas metrópoles permitirá captar, de forma razoavelmente significativa e abrangente, as desigualdades regionais existentes no mercado de trabalho brasileiro. As diferenças regionais existentes entre as metrópoles selecionadas nos permitirão qualificar melhor as conclusões tiradas na primeira parte do artigo, especialmente no que se refere à dimensão do ritmo de variação da desigualdade pessoal da renda e de suas causas – tanto do ponto de vista setorial (indústria versus comércio e serviços), quanto do ponto de vista do mercado de trabalho segundo posição na ocupação (dicotomia formal/informal, descrita pela evolução do emprego com carteira assinada vis-à-vis o emprego sem carteira, o emprego doméstico e o trabalho autônomo).

Para cumprir o objetivo a que ora nos propomos, vamos dividir o artigo em quatro partes. Na primeira parte, apresentaremos um estudo sucinto da evolução do perfil distributivo do conjunto dos ocupados do mercado de trabalho brasileiro no pós-Plano Real, buscando formular hipóteses explicativas para o seu comportamento. Na segunda parte, faremos um breve comentário sobre a evolução da estrutura ocupacional e dos níveis de rendimentos das 10 regiões metropolitanas brasileiras⁴ entre 1993 e 1997. Na terceira parte, analisaremos a evolução da estrutura ocupacional e dos níveis de rendimentos dos decis extremos da pirâmide distributiva das quatro regiões metropolitanas escolhidas. Ao

⁽²⁾ Cf., entre outras, Pochmann (1999), Marques (1997), Pochmann (2001), Baltar e Proni (1995), Baltar e Dedecca (1997) e Kon (2001).

⁽³⁾ Como este artigo representa um primeiro esforço analítico de interpretação da evolução do perfil distributivo brasileiro desde a implementação do Plano Real, e como também tem por objetivo estimular, o mais rápido possível, o debate no âmbito do grupo de pesquisa recém-formado no Centro de Economia e Administração desta Universidade, decidimos apresentar esta primeira versão ainda sem os resultados das demais regiões metropolitanas e também ainda sem os resultados dos anos mais recentes (1998, 1999 e 2001, para os quais já há resultados disponíveis das respectivas PNAD's, pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE).

⁽⁴⁾ Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, Belém, Salvador, Recife e a do Distrito Federal.

avaliarmos como se alteraram a composição ocupacional e os níveis de rendimentos por posição na ocupação dos 10% mais pobres e a dos 10% mais ricos das respectivas pirâmides distributivas de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Salvador, estaremos capacitados a averiguar de forma mais detida as hipóteses adiantadas na primeira parte do artigo sobre as causas da evolução do perfil distributivo brasileiro após a implementação do Plano Real. Na quarta parte deste artigo pretendemos avaliar também a evolução da composição **setorial** dos ocupados dos decis extremos da distribuição de renda, reforçando as primeiras conclusões (expostas já na primeira parte do presente artigo) a respeito da

evolução do perfil distributivo brasileiro entre 1993 e 1997. Ao final, pretendemos apresentar as conclusões do artigo e aprofundar as conclusões iniciais sobre a evolução do perfil distributivo brasileiro pós-Plano Real.

1. OS EFEITOS DISTRIBUTIVOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL

Em meados da década, coincidindo com a implementação do Plano Real, verificou-se uma pequena e efêmera melhoria do perfil de distribuição pessoal da renda do trabalho, que mostrou perda de vigor já nos dados referentes a 1997, conforme indica a tabela 1.

Tabela 1. Distribuição acumulada do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupados, com rendimento do trabalho, em ordem crescente de rendimentos de todos os trabalhos - Brasil - 1986/1996.

Classes percentuais das pessoas	Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 a. ou mais, com rend. do trabalho (em %).						
	1986	1990	1992	1993	1995	1996	1997
ACUMULADO							
Até 10	1,0	0,8	0,8	0,7	1,0	1,0	1,0
Até 20	3,1	2,6	2,6	2,4	3,1	3,1	3,1
Até 50	13,5	12,0	14,0	12,9	13,3	13,6	13,7
Até 90	52,7	51,9	54,9	51,0	52,9	53,2	53,5
Até 100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, PNAD.

A tabela 2 mostra que os rendimentos do trabalho dos trabalhadores autônomos cresceram, entre 1993 e 1996, bem acima da remuneração dos empregados com carteira assinada no conjunto do mercado de trabalho brasileiro. Como a maior parte dos trabalhadores de carteira assinada concentra-se nos setores industriais e, por isso mesmo, os empregados com carteira recebem rendimentos, em média,

superiores aos dos trabalhadores por conta-própria⁵, o movimento diferenciado dos rendimentos do trabalho segundo a posição na ocupação dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro provocou uma redução dos diferenciais existentes entre os extremos da pirâmide distributiva – e isso teve impacto na redução do grau de desigualdade da renda do trabalho. A

⁽⁵⁾ Ao longo do artigo, poderemos constatar a veracidade da informação segundo a qual os rendimentos dos empregados com carteira são, em média, superiores aos dos demais trabalhadores.

partir de 1998, não ocorre mais esse movimento diferenciado dos rendimentos do trabalho (segundo posição na ocupação) em favor dos rendimentos do trabalho autônomo (tabela 3)⁶. O perfil distributivo

também cessa de apresentar melhorias a partir desse momento, o que, se não nos prova nada em relação à causa e efeito entre os dois fenômenos, pelo menos nos alerta para a necessidade de

Tabela 2. Evolução do índice do rendimento médio real dos trabalhadores BRASIL.

Brasil 1993 - 1996		Índice: 1993 = 100			
Posição na Ocupação	Dezembro de 1993	Dezembro de 1994	Dezembro de 1995	Setembro de 1996	
Com carteira	100,0	100,8	108,9	115,3	
Sem carteira	100,0	105,1	125,0	129,5	
Conta-própria	100,0	113,6	150,5	154,9	

Fonte: Boletim do Banco Central.

Tabela 3. Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal (nível e evolução) Segundo posição na ocupação Região Metropolitana de São Paulo 1993 - 2000.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	NÍVEIS DE REDIMENTOS							
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados	848	905	1020	1017	1019	986	930	874
Assalariados	907	932	974	989	1007	994	953	889
Setor privado	864	888	919	937	954	933	898	841
com carteira	955	982	1005	1026	1052	1021	985	924
sem carteira	408	456	552	589	604	620	611	595
Setor público	1108	1167	1273	1288	1330	1363	1289	1190
Autônomo	614	720	917	887	832	784	697	672
Empregador	1958	2364	2944	2779	2686	2646	2500	2373
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	EVOLUÇÃO NÍVEIS DE REDIMENTOS 1994 = BASE 100							
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ocupados	94	100	113	112	113	109	103	97
Assalariados	97	100	105	106	108	107	102	95
Setor privado	97	100	103	106	107	105	101	95
com carteira	97	100	102	104	107	104	100	94
em carteira	89	100	121	129	132	136	134	130
Setor público	95	100	109	110	114	117	110	102
Autônomo	85	100	127	123	116	109	97	93
Empregador	83	100	125	118	114	112	106	100

Fonte: PED (Pesquisa Emprego e Desemprego). SEADE/DIEESE. Valores em reais de novembro de 2000.

⁶ Embora se refiram apenas a informações da região metropolitana de São Paulo, os comentários feitos aqui, a respeito dos níveis dos rendimentos do trabalho segundo posição na ocupação, podem ser considerados válidos para o Brasil como um todo. Nas próximas seções, teremos a oportunidade de constatar que, mesmo nas metrópoles menos industrializadas, existe uma diferença considerável entre o patamar dos rendimentos dos trabalhadores com carteira e os dos demais trabalhadores.

estudar mais detidamente uma eventual relação entre eles.

A explicação para a escalada diferenciada dos rendimentos do trabalho segundo posição na ocupação deve ser buscada nos efeitos que a abertura comercial e, em especial, a forte valorização cambial provocaram na estrutura de rendimentos do trabalho. A combinação abertura/valorização cambial promoveu uma forte concorrência dos produtos importados com os produtos industrializados no Brasil, os chamados *tradables*; enquanto isso, os prestadores de serviços, que não sofriam concorrência dos

produtos importados barateados pelo câmbio baixo, puderam usufruir uma maior vantagem do que os empregados assalariados em termos de poder de barganha para fixar o preço de seu trabalho ou dos serviços por eles vendidos⁷. Os vendedores de serviços pessoais ou domiciliares e os trabalhadores autônomos em geral, cujos rendimentos encontram-se fortemente concentrados na base da pirâmide distributiva⁸, acabaram tendo uma melhor evolução de suas remunerações do que os empregados de setores industriais expostos à concorrência de produtos estrangeiros – especialmente depois que se operou a desindexação salarial (em 1995). Dessa

Tabela 4. Inflação Acumulada em 12 meses. Diversos Índices - Média e Desvio Padrão Brasil.

1995-1996							EM%	
PERÍODO	INPC	IPC-Fipe	IPC-IGP	INCC	IPA agr	IPA ind	MÉDIA	Desv. Pad.
1995								
Junho	33,39	32,31	40,77	37,03	32,22	14,05	31,63	9,23
Setembro	25,52	27,56	30,21	34,83	0,39	14,07	22,10	12,69
Dezembro	21,98	23,17	25,91	31,48	-5,61	13,06	18,33	13,18
1996								
Março	20,05	21,24	23,75	23,62	-3,80	9,83	15,78	10,88
Junho	16,30	17,84	18,40	12,04	8,08	5,89	13,09	5,28
Setembro	12,98	13,11	14,24	10,68	14,29	3,34	11,44	4,18
Dezembro	9,12	10,03	11,34	9,56	17,31	3,90	10,21	4,32
1997								
Março	8,56	8,96	9,64	8,39	22,05	4,70	10,38	5,97
Junho	5,92	7,08	6,98	6,56	15,95	4,56	7,84	4,08
Setembro	4,38	4,59	6,68	7,35	12,69	4,39	6,68	3,21
Dezembro	4,34	4,83	7,23	6,81	17,71	4,02	7,49	5,18
1998								
Janeiro	4,38	3,8	6,60	6,98	14,68	3,02	6,58	4,27

Fonte: FIPE, IBGE e FGV.

⁽⁷⁾ Essa evolução diferenciada dos níveis dos rendimentos segundo posição na ocupação ocorreu especialmente enquanto a economia interna estava aquecida, ou seja, enquanto a demanda interna estava em expansão, devido aos efeitos iniciais da estabilização monetária e da expansão do crédito que a acompanhara (Filgueiras, 2000).

⁽⁸⁾ Conforme poderemos constatar a seguir, na análise da estrutura ocupacional dos decis extremos da distribuição de renda das regiões metropolitanas selecionadas.

forma, diminuiu a distância entre o topo e a base da pirâmide distributiva, refletindo-se nos índices de desigualdade de renda do trabalho.

Entretanto, à medida que a estabilização se consolidou, que os preços relativos convergiram (o que se pôde constatar pela redução do desvio padrão entre índices de inflação de diferentes composições – ou seja, entre os índices de inflação que refletem os preços ao consumidor e os índices que carregam maior peso, em sua composição, de produtos industrializados (IPA)⁹) (tabela 4) e que o ritmo de crescimento da demanda interna se desacelerou, estavam esgotados os principais fatores de redução dos diferenciais de rendimentos entre os trabalhadores

do setor formal e os do setor informal. Os dados de distribuição pessoal da renda de PNAD's mais recentes divulgados pelo IBGE revelam que a ligeira melhoria do perfil distributivo que havia ocorrido entre 1993 e 1995 (de forma mais marcante) ou mesmo ainda entre 1995 e 1997 (de forma menos inequívoca) já havia começado a se reverter ainda no quarto aniversário de implementação do Plano Real. No que se refere à distribuição funcional da renda, que também havia demonstrado sinais de ligeira melhoria logo após a implementação do Plano Real, os dados também revelam trajetória decepcionante no final da década de 1990 (tabela 5).

Tabela 5. Participação da remuneração dos empregados no PIB e no valor adicionado^(*)

Remuneração dos empregados em relação ao	1996	1997	1998	1999	2000
PIB	43,2	41,8	43,3	42,8	42,5
Valor adicionado	38,5	37,5	38,9	38,2	37,9

Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração própria

(*) Em percentuais. O PIB corresponde ao somatório do valor adicionado pelos setores institucionais, acrescido dos impostos, líquido de subsídios, sobre produto.

2. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E DOS NÍVEIS DE RENDIMENTOS DO CONJUNTO DOS OCUPADOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS ENTRE 1993 E 1997

A tabela 6 mostra como evoluiu a estrutura ocupacional e como se comportaram os níveis de rendimentos segundo posição na ocupação das 10 regiões metropolitanas brasileiras entre 1993 e 1997 (que foi o período em que houve melhoria do perfil distributivo).

Os dados de rendimentos revelam algumas coisas em comum entre as metrópoles brasileiras (que confirmam comentários feitos na seção anterior), destacando-se as seguintes: (a)

os rendimentos tiveram crescimento bem mais expressivo entre 1993 e 1995 do que entre 1995 e 1997; (b) houve ganhos reais de renda maiores para os trabalhadores autônomos (conta-própria) do que nas demais posições na ocupação, sendo que os ganhos foram menores em quase todos os casos regionais para os empregados com carteira (o que confirma comentários feitos na primeira seção deste artigo).

Quanto ao comportamento da estrutura ocupacional, houve uma generalizada redução do peso do emprego com carteira entre os anos analisados, mas há algumas diferenças que merecem ser destacadas: (a) na região metropolitana de São Paulo, a que concentra maior peso do emprego industrial, a queda do peso do emprego com carteira foi contínua e

⁽⁹⁾ Os primeiros dois anos do Real provocaram uma acumulação do INPC de cerca de 55% e de cerca de 30% no IPA.

Tabela 6. Evolução da estrutura ocupacional e dos rendimentos médios por posição na ocupação Regiões Metropolitanas.

1993 - 1997

Regiões Metropolitanas	Estrutura Ocupacional			Em reais de 1999			Var. anual média rend. real (em %)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
SÃO PAULO								
com carteira	58,5	55,4	54,3	739,3	869,8	891,4	8,5	1,2
sem carteira	11,6	11,6	14,1	488,7	608,6	612,7	11,6	0,3
conta-própria	16,3	18,2	17,9	798,2	1017,3	1176,3	12,9	7,5
empregadores	4,0	4,8	4,2	2359,1	3076,5	3004,9	14,2	-1,2
domésticos	6,3	6,8	7,4	195,6	308,3	331,8	25,6	3,7
outros	3,3	3,2	2,1	60,5	101,9	64,5	29,8	-20,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	722,8	898,9	920,9	11,5	1,2
RIODEJANEIRO								
com carteira	54,1	54,9	54,5	582,2	725,5	745,3	11,6	1,4
sem carteira	12,0	11,4	11,5	336,3	462,1	454,1	17,2	-0,9
conta-própria	19,6	19,5	20,4	496,8	713,3	744,6	19,8	2,2
empregadores	3,3	3,8	3,1	1784,3	2532,3	2737,8	19,1	4,0
domésticos	9,2	8,9	9,2	172,4	227,9	248,8	15,0	4,5
outros	1,8	1,4	1,3	41,6	73,0	81,3	32,4	5,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	520,5	698,6	709,0	15,9	0,7
BELOHORIZONTE								
com carteira	51,5	51,9	49,5	571,2	632,2	663,8	5,2	2,5
sem carteira	13,5	12,5	14,2	319,4	450,3	471,3	18,7	2,3
conta-própria	17,7	18,3	17,8	511,4	729,9	791,0	19,5	4,1
empregadores	4,2	4,0	4,0	1651,8	2247,2	2217,1	16,6	-0,7
domésticos	8,6	9,8	9,2	138,5	175,6	203,7	12,6	7,7
outros	4,6	3,5	5,4	54,3	157,5	158,5	70,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	505,3	621,7	643,2	10,9	1,7
PORTOALEGRE								
com carteira	52,7	51,7	49,9	594,7	733,4	725,8	11,1	-0,5
sem carteira	10,5	11,9	12,3	459,8	498,6	505,8	4,1	0,7
conta-própria	18,3	18,5	19,4	601,1	837,7	737,0	18,0	-6,2
empregadores	3,9	5,0	5,5	2201,8	2611,8	2434,9	8,9	-3,4
domésticos	7,1	7,3	7,8	172,8	234,8	248,3	16,6	2,8
outros	7,5	5,6	5,1	90,9	135,0	88,3	21,9	-19,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	571,6	741,8	717,0	13,9	-1,7

Fonte: PNAD's (IBGE). Elaboração própria.
Deflacionado pelo INPC.

Tabela 6. Evolução da estrutura ocupacional e dos rendimentos médios por posição na ocupação Regiões Metropolitanas (continuação).

1993 - 1997

Regiões Metropolitanas	Estrutura Ocupacional			Em reais de 1999			Var. anual média rend. real (em %)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
SALVADOR								
com carteira	50,9	45,0	49,3	696,8	590,2	651,5	-8,0	5,1
sem carteira	11,7	14,1	14,4	294,6	300,8	384,1	1,0	13,0
conta-própria	21,8	22,7	20,2	419,9	402,2	535,0	-2,1	15,3
empregadores	2,4	3,7	3,9	2847,3	2720,7	2856,8	-2,2	2,5
domésticos	10,0	9,8	9,6	116,1	127,9	147,4	4,9	7,3
outros	3,2	4,6	2,5	47,8	23,9	65,9	-29,3	66,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	556,9	507,2	604,6	-4,6	9,2
CURITIBA								
com carteira	53,8	49,2	50,1	683,1	813,2	784,4	9,1	-1,8
sem carteira	10,2	11,3	12,0	410,7	458,7	485,1	5,7	2,8
conta-própria	17,4	18,3	18,3	726,4	871,8	951,9	9,6	4,5
empregadores	4,6	5,9	5,3	2978,3	2858,7	3240,9	-2,0	6,5
domésticos	7,4	7,6	8,3	177,7	247,7	263,7	18,1	3,2
outros	6,5	7,8	5,9	43,1	92,7	118,9	46,7	13,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	682,8	794,9	817,5	7,9	1,4
BELÉM								
com carteira	42,9	40,2	36,6	668,3	828,1	768,2	11,3	-3,7
sem carteira	14,2	15,0	18,1	287,6	363,5	432,9	12,4	9,1
conta-própria	25,9	25,7	26,4	467,5	651,1	482,1	18,0	-14,0
empregadores	3,7	3,5	3,9	3362,9	1977,9	1801,6	-23,3	-4,6
domésticos	9,8	9,8	9,3	123,5	141,8	152,7	7,2	3,8
outros	3,4	5,8	5,7	34,5	18,3	38,2	-27,2	44,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	580,9	630,5	565,3	4,2	-5,3
RECIFE								
com carteira	44,8	42,5	44,3	477,3	536,1	500,8	6,0	-3,3
sem carteira	14,4	15,1	15,9	173,9	291,6	302,0	29,5	1,8
conta-própria	22,0	24,8	22,0	317,6	416,6	453,9	14,5	4,4
empregadores	3,3	2,9	3,0	1665,1	1670,0	1879,4	0,1	6,1
domésticos	9,6	9,4	9,5	87,7	137,8	144,7	25,4	2,5
outros	5,9	5,3	5,4	38,3	13,4	39,0	-40,8	70,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	370,5	430,8	434,5	7,8	0,4

Fonte: PNAD's (IBGE). Elaboração própria.
Deflacionado pelo INPC.

Tabela 6. Evolução da estrutura ocupacional e dos rendimentos médios por posição na ocupação Regiões Metropolitanas (continuação).

1993 - 1997

Regiões Metropolitanas	Estrutura Ocupacional			Em reais de 1999			Var. anual média rend. real (em %)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
FORTALEZA								
com carteira	38,7	39,1	40,1	486,5	555,8	533,6	6,9	-2,0
sem carteira	19,0	18,4	17,7	212,8	262,6	334,4	11,1	12,8
conta-própria	24,3	22,8	24,1	354,5	406,6	439,5	7,1	4,0
empregadores	3,0	3,2	3,3	1446,4	2073,1	1863,3	19,7	-5,2
domésticos	9,7	10,2	9,6	96,2	133,6	145,0	17,9	4,2
outros	5,3	6,3	5,2	16,8	33,7	46,2	41,4	17,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	361,8	431,9	447,8	9,3	1,8
DISTRITO FEDERAL								
com carteira	56,7	55,2	52,4	1074,6	1123,8	1176,2	2,3	2,3
sem carteira	13,1	11,1	14,9	499,0	582,4	679,8	8,0	8,0
conta-própria	13,6	16,3	15,3	587,2	873,3	1168,6	21,9	15,7
empregadores	3,4	3,7	4,2	2279,1	2665,9	2861,0	8,2	3,6
domésticos	9,6	10,7	10,5	151,1	212,0	217,6	18,5	1,3
outros	3,6	2,9	2,7	172,4	136,8	136,2	-10,9	-0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	844,5	941,0	1030,5	5,6	4,6

Fonte: PNAD's (IBGE). Elaboração própria.
Deflacionado pelo INPC.

expressiva; (b) nas regiões metropolitanas de Curitiba e de Belo Horizonte também houve queda do peso do emprego com carteira, tomando-se no agregado o período entre 1993 e 1997, mas não de forma contínua como no caso de SP; (c) na região metropolitana do Rio de Janeiro, o peso do emprego com carteira manteve-se estável, mas ocorreu aumento de quase um ponto percentual do peso do trabalho por conta-própria entre 1993 e 1997; (d) as regiões metropolitanas de Recife e de Salvador tiveram, entre 1993 e 1995, queda pronunciada do emprego com carteira e, entre 1995 e 1997, recuperação

do peso relativo dessa forma de ocupação – mas sem conseguir restabelecer os respectivos patamares de antes do Plano Real; ademais, deve-se destacar que em ambos os casos foi contínua a ampliação do peso do emprego sem carteira assinada, revelando uma inequívoca deterioração dos seus respectivos mercados de trabalho metropolitanos¹⁰; (e) a região metropolitana de Fortaleza foi a única a apresentar um aumento no peso dos empregados com carteira; deve-se ressaltar, contudo, que esse aumento não foi expressivo e ocorre na metrópole

⁽¹⁰⁾ Provavelmente, a “recuperação” do peso relativo do emprego com carteira, entre 1995 e 1997, nas duas principais metrópoles nordestinas, deva-se ao efeito-composição resultante de uma queda do volume de emprego de trabalhadores por conta-própria ocorrida entre 1995 e 1997. Isso talvez esteja ligado ao fato de que muitos trabalhadores autônomos que se aproveitaram do aquecimento inicial da economia ocorrido com a implementação do Plano Real tenham se retirado dos respectivos mercados de trabalho metropolitanos depois que a atividade econômica se desacelerou.

cujograu de formalização das relações de trabalho é o mais baixo do país.

Em suma, parece que se pode afirmar ter ocorrido, de modo geral, um processo de deterioração da estrutura ocupacional dos mercados de trabalho metropolitanos e um crescimento dos rendimentos médios reais principalmente entre 1993 e 1995, notadamente para as ocupações do setor informal dos mercados de trabalho metropolitanos.

Na próxima seção, avaliaremos de forma mais detida a evolução da estrutura ocupacional e dos níveis de rendimentos dos extremos da pirâmide distributiva das quatro regiões metropolitanas selecionadas.

3. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA OCUPACIONAL E DOS NÍVEIS DE RENDIMENTOS DOS 10% MAIS POBRES E DOS 10% MAIS RICOS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, SÃO PAULO, BELO HORIZONTE E SALVADOR ENTRE 1993 E 1997

Nas duas primeiras seções deste artigo, constatamos que os trabalhadores localizados na base da pirâmide distributiva brasileira haviam obtido, especialmente entre 1993 e 1995 (e, de forma menos pronunciada, também entre 1995 e 1997), ganhos reais de renda maiores do que os dos demais trabalhadores. Em termos de estrutura ocupacional, esses trabalhadores são os autônomos, especialmente, e também os empregados domésticos e os empregados sem carteira assinada. Nesta seção poderemos verificar algumas das hipóteses acima arroladas segundo posição na ocupação (ou seja, segundo a dicotomia formal/informal das relações de trabalho). Tendo em vista as conclusões obtidas até agora, é de se esperar uma mudança pronunciada no conteúdo da ocupação dos 10% mais pobres – mais especificamente, deve-se esperar que diminua, pelo menos no período entre 1993 e 1997, o peso relativo de trabalhadores autônomos e empregados domésticos, assim

como de empregados sem carteira assinada, na base da pirâmide distributiva, já que esses trabalhadores puderam obter uma melhoria relativa de sua remuneração e, em alguns casos, devem ter conseguido uma progressão para posições mais altas (menos baixas, talvez fosse melhor afirmar) da distribuição de rendimentos. Como contra partida, espera-se que o peso do emprego assalariado com carteira (especialmente na indústria de transformação, mas não somente nesse setor de atividade) diminua nas respectivas bases das pirâmides distributivas metropolitanas entre 1993 e 1997.

A tabela 7 mostra a evolução da estrutura ocupacional do extrato que reúne o conjunto dos 10% mais pobres ocupados na região metropolitana de Curitiba. A base do mercado de trabalho desta metrópole reúne um peso relativo significativo de empregados com carteira, dado que o grau de formalização das relações de trabalho é dos mais elevados do país. É interessante destacar o fato de que entre 1993 e 1995, quando era mais pronunciada a dispersão de preços relativos a que fizemos referência aqui, ocorreram ganhos reais importantes dos rendimentos dos empregados domésticos e dos trabalhadores autônomos, enquanto o salário real médio dos empregados com carteira apontou trajetória negativa.

A tabela 8, referente à região metropolitana de São Paulo, parece corroborar as hipóteses apontadas nas primeiras seções deste artigo, pois aumentou o peso do emprego com carteira na base da pirâmide distributiva, assim como houve uma queda da presença de empregados domésticos entre os ocupados de rendimentos mais baixos. Verificou-se também que os rendimentos médios reais dos trabalhadores autônomos e dos empregados domésticos foram os de melhor desempenho entre 1993 e 1997.

Na tabela 9, com resultados referentes à região metropolitana de Belo Horizonte, verifica-se um aumento mais pronunciado do que o de São Paulo no peso relativo dos empregados com carteira, ao lado de uma queda significativa do peso dos empregados domésticos e dos assalariados do setor informal entre os 10% mais pobres. Deve-se destacar, ainda, que os

Tabela 7. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de CURITIBA.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	34,4	27,0	25,2	136,2	125,7	135,6	-3,9	3,8
Sem carteira	18,2	25,8	24,5	95,6	103,9	100,6	4,3	-1,6
Empregador	1,5	0,0	0,5	101,4	0,0	92,9	-	-
Conta-própria	17,7	24,6	19,9	86,6	94,9	77,6	4,7	-9,6
Domésticos	28,3	22,6	29,9	87,8	107,8	102,8	10,8	-2,3
Total	100,0	100,0	100,0	105,9	108,5	105,4	1,2	-1,4

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) Excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) Em reais de setembro de 1999.

(***) Variação média anual do rendimento real (em %).

Tabela 8. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de SÃO PAULO.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	42,0	42,8	42,9	122,2	134,7	155,3	5,0	7,4
Sem carteira	22,7	19,8	25,3	93,1	107,8	109,3	7,6	0,7
Empregador	2,3	0,9	1,0	67,7	112,9	64,5	29,2	-24,4
Conta-própria	16,3	21,8	16,3	65,2	78,3	82,0	9,6	2,4
Domésticos	16,7	14,7	14,6	76,1	116,7	103,9	23,9	-5,7
Total	100,0	100,0	100,0	97,4	114,2	123,6	8,3	4,0

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) Excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) Em reais de setembro de 1999.

(***) Variação média anual do rendimento real (em %).

Tabela 9. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de BELO HORIZONTE.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	7,5	31,9	32,9	107,3	123,2	123,6	7,1	0,2
Sem carteira	28,5	24,1	21,1	59,8	92,4	80,9	24,3	-6,4
Empregador	3,3	0,6	0,0	49,4	96,2	0,0	39,6	n.d.
Conta-própria	28,8	21,8	27,5	55,3	68,0	67,8	10,9	-0,2
Domésticos	31,9	21,5	18,5	65,2	87,2	90,8	15,7	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	63,4	95,8	93,1	22,9	-1,4

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) Excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) Em reais de setembro de 1999.

(***) Variação média anual do rendimento real (em %).

Tabela 10. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de SALVADOR.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	0	8,5	16,6	0,0	70,6	91,8	-	14,1
Sem carteira	26,7	26,7	23,1	38,6	50,0	62,3	13,8	11,6
Empregador	1,1	0,5	1,9	52,5	68,0	56,9	13,8	-8,6
Conta-própria	39,7	44,5	38,1	36,6	46,2	54,7	12,3	8,8
Domésticos	32,5	19,8	20,4	41,4	53,9	70,0	14,1	14,0
Total	100,0	100,0	100,0	38,9	50,9	65,8	14,4	13,6

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) **Excluídos os ocupados sem rendimento.**

(**) **Em reais de setembro de 1999.**

(***) **Varição média anual do rendimento real (em %).**

rendimentos médios reais dos trabalhadores autônomos, assim como os dos empregados domésticos e os dos assalariados sem carteira, foram os que demonstraram melhor desempenho no grupo de renda em questão (10% mais pobres).

No caso da região metropolitana de Salvador (tabela 10), movimento semelhante ao da estrutura ocupacional de Belo Horizonte pode ser verificado, mas deve-se destacar que, na metrópole nordestina, é bem mais expressivo o peso dos trabalhadores autônomos e de

empregados domésticos no grupo dos trabalhadores de baixa renda – mas nem por isso eles deixaram de galgar postos um pouco menos baixos na estrutura de renda da metrópole em questão. Os rendimentos da base da pirâmide ocupacional de Salvador são impressionantemente baixos, mas recuperaram-se mais do que em qualquer das outras metrópoles analisadas entre 1993 e 1997, graças especialmente ao desempenho dos rendimentos dos trabalhadores do setor informal, notadamente dos domésticos.

No que se refere à evolução da composição

Tabela 11. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de CURITIBA.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	58,4	45,2	45,1	2922,0	3141,9	3335,9	3,7	3,0
Sem carteira	3,4	4,0	2,4	2719,4	2205,3	4485,1	-9,9	42,6
Empregador	22,4	29,3	28,3	4688,1	4799,4	5464,8	1,2	6,7
Conta-própria	19,4	21,5	24,2	2676,9	3182,9	3537,1	9,0	5,4
Domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	3262,5	3599,3	4013,8	5,0	5,6

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) **Excluídos os ocupados sem rendimento.**

(**) **Em reais de setembro de 1999.**

(***) **Varição média anual do rendimento real (em %).**

ocupacional dos 10% mais ricos das metrópoles selecionadas, podemos ressaltar um padrão semelhante em todas elas: a queda do peso relativo do emprego com carteira assinada entre os trabalhadores localizados no topo da pirâmide distributiva. No caso de Curitiba, destaca-se o contínuo aumento do peso do trabalho autônomo entre os ocupados de mais altas rendas, e também um aumento da presença de empregadores, ocorrida especialmente entre 1993 e 1995 (e depois estabilizada até 1997). A

trajetória pífia dos salários médios reais dos empregados do setor formal da metrópole paraense colaborou para a redução de seu peso relativo entre os mais ricos dessa região (tabela 11).

Em São Paulo (tabela 12) e em Belo Horizonte (tabela 13), repete-se o ocorrido na metrópole de Curitiba, com aumento contínuo e pronunciado do peso do trabalho autônomo entre os 10% mais ricos. Em Salvador (tabela 14), a queda do peso do emprego com carteira,

Tabela 12. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de SÃO PAULO.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	58,4	46,0	46,5	2906,6	3569,1	3442,0	10,8	-1,8
Sem carteira	3,0	7,8	6,5	5385,4	3170,1	3292,2	-23,3	1,9
Empregador	19,4	22,5	19,8	4154,9	5334,4	4900,6	13,3	-4,2
Conta-própria	19,2	23,7	27,1	3074,0	3567,8	3873,9	7,7	4,2
Domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	3254,7	3935,2	3838,4	10,0	-1,2

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) Excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) Em reais de setembro de 1999.

(***) Variação média anual do rendimento real (em %).

Tabela 13. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de BELO HORIZONTE.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	60,7	53,0	49,3	2324,7	2599,2	2545,4	5,7	-1,0
Sem carteira	8,5	8,4	8,8	18,24,7	2826,3	3229,9	24,5	6,9
Empregador	15,3	18,9	18,5	3642,4	3977,0	4265,3	4,5	3,6
Conta-própria	15,5	19,8	23,4	2672,4	3076,4	3258,3	7,3	2,9
Domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	N.D.	N.D.
Total	100,0	100,0	100,0	2537,8	2972,3	3090,2	8,2	2,0

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) Excluídos os ocupados sem rendimento.

(**) Em reais de setembro de 1999.

(***) Variação média anual do rendimento real (em %).

nesse grupo de renda, é compensada especialmente pelo aumento da proporção de empregadores – e isso corre mais por causa do fraco desempenho dos rendimentos médios reais dos assalariados do setor formal, pois os rendimentos médios reais dos empregadores alteraram-se pouco (contrariamente ao que ocorreu nas demais metrópoles analisadas, nas quais o rendimento médio dos empregadores cresceu significativamente).

Os dados até aqui analisados, portanto, parecem revelar que a trajetória decepcionante dos níveis de rendimentos dos empregados do setor formal dos mercados de trabalho metropolitanos foi a principal responsável pelas alterações nas respectivas estruturas ocupacionais dos extremos das distribuições de renda das respectivas metrópoles analisadas. Na próxima seção, vamos avaliar a composição setorial dessas alterações ocorridas nos mercados de trabalho metropolitanos e, dessa forma, entendemos que poderemos avançar em algumas conclusões importantes a respeito da natureza das alterações ocorridas na estrutura ocupacional e no perfil distributivo do mercado de trabalho brasileiro após a implementação do Plano Real.

4. ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO NOS DECIS EXTREMOS DAS PIRÂMIDES DISTRIBUTIVAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE CURITIBA, SÃO PAULO, BELO HORIZONTE E SALVADOR ENTRE 1993 E 1997

A tabela 15 revela que a perda de peso relativo do emprego com carteira, no segmento de renda dos 10% mais pobres da região metropolitana de Curitiba, ocorreu especialmente na indústria de transformação. Tal fato deve ter explicação regional bastante peculiar: o salário médio do emprego com carteira na metrópole paranaense aumentou mais do que nas demais metrópoles – tal constatação pode ser confirmada ao analisarmos a tabela 6. De qualquer forma, mesmo com essa recuperação dos salários reais médios do conjunto do emprego formal, não foi verificado aumento da parcela dessa forma de ocupação no topo da pirâmide distributiva paranaense. Entre os mais ricos da região metropolitana de Curitiba, o aumento do peso relativo ocorreu entre os autônomos (com destaque para as ocupações ligadas aos serviços auxiliares da atividade econômica) e entre os empregadores (entre os prestadores de serviços gerais e os de serviços auxiliares da atividade econômica)¹¹.

Tabela 14. Evolução da composição e da renda média dos 10% mais pobres segundo posição na ocupação Região Metropolitana de SALVADOR.

Posição na Ocupação	Composição (*)			Renda Média (**)			VMAR (***)	
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	95/93	97/95
Com carteira	61,1	52,2	50,1	3053,1	2608,2	2728,0	-7,6	2,3
Sem carteira	4,7	7,0	6,4	2191,4	2261,8	25,41,0	1,6	6,0
Empregador	13,4	19,2	22,5	4644,7	4730,1	4500,4	0,9	-2,5
Conta-própria	20,9	21,6	21,0	2138,4	1814,0	2533,4	-7,9	18,2
Domésticos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	3034,8	2819,2	3073,8	-3,6	4,4

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

(*) **Excluídos os ocupados sem rendimento.**

(**) **Em reais de setembro de 1999.**

(***) **Variação média anual do rendimento real (em %).**

(11) É interessante destacar que, embora o peso dessas atividades, dentro do conjunto dos empregadores situados no decil mais alto, não tenha crescido de forma muito expressiva, não é desprezível a melhoria de sua participação entre os 10% mais ricos, já que, conforme verificamos na tabela 6, aumentou o peso dos empregadores no conjunto da ocupação metropolitana entre 1993 e 1997.

Tabela 15. Composição dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação por setor de atividade. Região Metropolitana de CURITIBA.**1993 - 1995 - 1997**

Setores de Atividade	10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,0	0,9	0,9	19,4	10,6	13,6	0,0	0,0	0,0	18,3	8,1	14,3
Ind. Transf.	28,1	0,0	0,0	9,7	6,7	17,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	3,6
Ind. Construção	9,4	0,0	0,0	17,7	17,3	18,5	0,0	0,0	0,0	20,0	13,2	19,0
Outras at. Ind.	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,0
Comércio	22,3	17,2	7,6	21,0	20,2	11,6	100,0	0,0	0,0	23,3	20,2	23,8
Prest. Serviços	12,8	18,4	23,6	11,3	16,4	23,3	0,0	0,0	0,0	28,3	41,5	25,0
Serv. Aux. At. Ec.	12,8	18,4	23,6	11,3	5,8	6,8	0,0	0,0	100,0	0,0	7,1	8,3
Transp./Comunic.	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sociais	0,0	27,6	29,2	8,1	14,4	3,9	0,0	0,0	0,0	5,0	2,0	2,4
Adm. Pública	14,6	17,5	15,1	0,0	3,8	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras ativ.	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	4,0	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Setores de Atividade	10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	1,3	0,8	2,5	9,1	0,0	4,9
Ind. Transf.	24,7	29,1	26,8	40,0	50,0	0,0	15,8	18,7	16,8	0,0	4,6	3,9
Ind. Construção	0,0	7,1	6,8	0,0	0,0	0,0	3,9	8,5	5,0	0,0	0,0	0,0
Outras at. Ind.	5,9	4,4	2,6	8,6	0,0	10,0	1,3	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0
Comércio	14,5	15,9	0,0	0,0	0,0	0,0	28,9	27,1	23,5	22,7	24,3	20,6
Prest. Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,6	11,9	11,8	27,3	24,2	21,6
Serv. Aux. At. Ec.	0,0	0,0	0,0	0,0	18,8	40,0	19,7	17,0	17,6	25,8	26,6	28,4
Transp./Comunic.	8,1	8,2	7,9	0,0	0,0	0,0	3,9	2,5	7,6	3,0	13,3	8,8
Sociais	15,6	17,0	16,8	25,7	0,0	50,0	10,5	8,5	9,2	6,1	6,9	7,8
Adm. Pública	9,7	0,0	17,4	8,6	18,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras ativ.	21,5	18,1	21,0	17,1	12,5	0,0	7,9	5,1	4,2	6,1	0,0	3,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Tabela 16. Composição dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação por setor de atividade. Região Metropolitana de SÃO PAULO.

1993 - 1995 - 1997

Setores de Atividade	10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,6	0,5	0,8	0,5	5,8	3,3	0,0	0,0	0,0	0,7	4,2	2,7
Ind. Transf.	25,1	21,9	27,2	25,6	19,3	27,9	36,8	100,0	0,0	2,9	7,4	5,8
Ind. Construção	5,4	4,0	3,8	11,6	4,1	9,8	0,0	0,0	0,0	16,7	7,0	19,5
Outras at. Ind.	2,3	1,6	1,6	0,5	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	1,4
Comércio	17,2	15,8	15,1	22,0	21,5	19,5	63,2	0,0	13,6	34,1	22,7	36,6
Prest. Serviços	12,4	13,4	13,7	22,6	25,6	20,4	0,0	0,0	86,4	40,4	41,4	16,5
Serv. Aux. At. Ec.	12,4	13,4	13,7	2,6	7,0	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	7,9	11,6
Transp./Comunic.	0,0	5,2	0,0	1,6	4,7	3,3	0,0	0,0	0,0	0,0	4,2	0,0
Sociais	17,7	16,6	18,1	11,5	9,7	8,6	0,0	0,0	0,0	3,6	3,2	4,3
Adm. Pública	7,0	7,5	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras ativ.	0,0	0,0	6,0	1,6	1,7	2,3	0,0	0,0	0,0	1,5	1,6	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Setores de Atividade	10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,6	0,0	1,0	0,9
Ind. Transf.	36,3	4,1	35,6	0,0	32,4	40,7	23,8	17,3	16,4	3,1	3,9	3,9
Ind. Construção	4,1	4,0	3,5	0,0	0,0	0,0	3,7	5,6	5,9	0,0	0,0	0,0
Outras at. Ind.	3,7	1,8	1,8	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comércio	12,6	15,0	14,1	0,0	27,9	0,0	31,7	32,7	30,8	24,1	21,3	16,0
Prest. Serviços	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,5	13,8	13,0	28,4	23,4	19,9
Serv. Aux. At. Ec.	3,1	0,0	0,0	24,0	13,2	18,0	12,8	16,8	14,8	23,5	30,6	29,4
Transp./Comunic.	6,5	8,5	9,1	0,0	0,0	0,0	2,4	3,1	5,3	5,6	4,4	15,2
Sociais	13,0	15,7	16,9	48,0	17,6	25,2	5,5	5,6	8,9	14,2	12,6	11,7
Adm. Pública	5,3	7,0	7,3	12,0	2,9	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras ativ.	12,6	7,0	11,6	16,0	5,9	5,4	2,4	3,1	4,2	1,2	2,9	3,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Tabela 17. Composição dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação por setor de atividade. Região Metropolitana de BELO HORIZONTE.**1993 - 1995 - 1997**

Setores de Atividade	10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,0	0,1	0,0	11,1	6,5	0,7	0,0	0,0	0,0	1,7	4,1	2,6
Ind. Transf.	0,0	34,7	35,9	19,3	18,4	12,1	60,0	100,0	0,0	9,8	4,1	8,8
Ind. Construção	0,0	0,5	10,8	17,0	19,7	12,8	10,0	0,0	0,0	10,4	0,0	11,9
Outras at. Ind.	0,0	0,0	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,5
Comércio	0,0	21,6	0,0	26,3	18,4	22,1	30,0	0,0	0,0	27,2	35,6	28,9
Prest. Serviços	0,0	18,8	18,2	14,6	21,4	24,8	0,0	0,0	0,0	42,8	26,0	31,9
Serv. Aux. At. Ec.	0,0	18,8	18,2	2,3	7,1	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,1	6,7
Transp./Comunic.	0,0	0,0	0,0	1,2	1,9	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6
Sociais	100,0	0,0	12,7	4,7	4,8	16,8	0,0	0,0	0,0	4,6	7,5	3,1
Adm. Pública	0,0	0,0	0,0	0,6	0,1	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras ativ.	0,0	5,6	0,0	2,9	1,9	1,3	0,0	0,0	0,0	2,9	5,5	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Setores de Atividade	10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	4,0	2,3	2,1	0,0	0,0
Ind. Transf.	18,6	21,2	20,9	33,3	26,8	30,6	14,1	15,1	13,9	9,7	0,0	0,0
Ind. Construção	6,6	0,0	6,5	0,0	0,0	0,0	8,7	4,8	9,2	0,0	0,0	5,5
Outras at. Ind.	3,3	5,1	2,7	0,0	1,8	0,0	0,0	0,8	0,8	0,0	0,0	0,6
Comércio	11,2	13,3	12,2	31,4	26,8	0,0	30,2	30,2	25,4	25,8	20,5	17,6
Prest. Serviços	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,9	15,1	20,0	0,0	0,0	24,8
Serv. Aux. At. Ec.	0,0	0,0	0,0	9,8	10,7	11,3	12,0	15,1	16,11	32,2	38,6	32,7
Transp./Comunic.	6,6	8,2	5,7	0,0	7,2	8,1	3,3	5,6	3,1	7,5	19,7	13,3
Sociais	25,2	26,3	25,0	17,6	14,3	21,0	4,3	4,0	4,6	17,2	18,2	4,2
Adm. Pública	14,8	15,2	17,9	7,8	7,1	24,2	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0
Outras ativ.	13,7	10,7	9,0	0,0	5,4	4,8	2,2	5,6	4,6	3,2	3,0	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Tabela 18. Composição dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos segundo posição na ocupação por setor de atividade. Região Metropolitana de SALVADOR.

1993 - 1995 - 1997

Setores de Atividade	10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres			10% Mais Pobres		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,0	0,0	0	2,5	3,4	0,8	0,0	0,0	0,0	6,2	9,8	7,9
Ind. Transf.	0,0	0,0	0,0	16,7	10,8	4,9	0,0	0,0	0,0	3,4	5,3	3,2
Ind. Construção	0,0	0,0	0,0	5,0	8,1	11,5	0,0	0,0	10,0	5,6	5,3	6,4
Outras at. Ind.	0,0	19,1	6,8	0,8	0,7	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comércio	0,0	0,0	0,0	15,0	24,3	21,3	60,0	0,0	50,0	37,6	32,9	29,8
Prest. Serviços	0,0	0,0	38,7	36,7	27,0	27,9	40,0	0,0	40,0	35,4	35,8	36,7
Serv. Aux. At. Ec.	0,0	0,0	38,7	2,5	7,4	10,7	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	7,9
Transp./Comunic.	0,0	0,0	0,0	3,3	1,4	2,5	0,0	0,0	0,0	3,4	2,0	3,0
Sociais	0,0	0,0	15,7	15,8	14,9	15,6	0,0	0,0	0,0	6,7	3,7	4,0
Adm. Pública	0,0	61,7	0,0	1,7	2,0	2,5	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras ativ.	0,0	19,2	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0	1,7	3,3	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Setores de Atividade	10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos			10% Mais Ricos		
	Com Carteira			Sem Carteira			Empregador			Conta Própria		
	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997	1993	1995	1997
Agrícola	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	5,0	5,7	4,2	0,0	0,0	0,0
Ind. Transf.	21,2	21,8	14,8	33,3	23,1	0,0	6,7	14,2	10,9	0,0	5,9	0,0
Ind. Construção	5,8	6,2	6,0	0,0	0,0	0,0	11,7	7,5	7,6	0,0	0,0	0,0
Outras at. Ind.	6,6	6,6	5,3	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0
Comércio	11,68	12,5	13,6	0,0	0,0	0,0	31,7	27,4	21,8	36,3	34,4	27,9
Prest. Serviços	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0	12,3	10,1	34,2	22,1	34,2
Serv. Aux. At. Ec.	0,00	0,0	0,0	19,1	15,4	20,6	13,3	17,0	23,5	10,7	15,1	22,5
Transp./Comunic.	5,84	6,2	7,5	0,0	7,7	11,8	1,7	0,0	5,9	6,4	10,1	6,3
Sociais	15,33	16,3	18,5	33,3	30,8	29,4	13,3	14,2	14,3	9,3	8,4	7,2
Adm. Pública	20,43	20,7	21,5	14,3	10,3	29,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras ativ.	13,14	9,7	9,7	0,0	7,7	8,8	1,7	1,9	0,8	3,2	4,2	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD (IBGE). Elaboração própria.

Tabela 19. Rendimento médio dos 10% mais ricos em relação ao dos 10% mais pobres Regiões Metropolitanas selecionadas

REGIÕES METROPOLITANAS	1993	1995	1997
SÃO PAULO	33,4	34,5	31,1
CURITIBA	30,8	33,0	38,2
BELO HORIZONTE	40,0	30,9	33,2
SALVADOR	78,1	54,9	46,9

Fonte: PNAD's (IBEGE). Elaboração própria.

Na tabela 16, com dados da região metropolitana de São Paulo, salta aos olhos o aumento do peso do emprego da indústria de transformação entre os 10% mais pobres. Parece que a abertura comercial, ao lado da retração da atividade econômica e do câmbio excessivamente valorizado (sem falar dos juros elevadíssimos, que inibem os investimentos na produção), ao longo dos primeiros anos do Real realmente prejudicou muito as atividades industriais, fazendo-se sentir seu impacto especialmente na região metropolitana onde essa forma de emprego mais se concentra. Da mesma maneira, pode-se concluir pela redução do peso do emprego com carteira entre os 10% mais ricos da região metropolitana paulista, notadamente entre 1995 e 1997. Na base da pirâmide distributiva, chama a atenção especialmente a melhoria expressiva da posição relativa dos autônomos do setor de serviços – o que vem novamente confirmar nossas hipóteses iniciais a respeito dos efeitos da estabilização inflacionária obtida com o Plano Real sobre a estrutura ocupacional e de rendimentos. No topo da pirâmide ocupacional, os dados mais significativos são os que revelam aumento da parcela de ocupações autônomas nos serviços auxiliares da atividade econômica¹² e também nas atividades de transportes e comunicações¹³.

Na região metropolitana de Belo Horizonte (tabela 17), há aspectos setoriais que repetem o que ocorreu em São Paulo: verifica-se aumento do peso das ocupações com carteira assinada da indústria de transformação entre os 10% mais pobres. No caso da metrópole mineira, é notório também o aumento do peso do emprego formal da construção civil entre os mais pobres, revelando que a retração macroeconômica ocorrida depois dos primeiros meses de euforia do Real afetou significativamente esse setor. A redução do peso do trabalho autônomo na base da pirâmide distributiva da metrópole de Belo Horizonte, já constatada na seção anterior, concentrou-se especialmente na prestação de serviços. Essa mesma atividade explica o aumento do peso dos trabalhadores autônomos no topo da pirâmide distributiva, assim como o ocorrido nos serviços auxiliares da atividade econômica.

A tabela 18, da região metropolitana de Salvador, não registra uma mudança significativa do conteúdo setorial do emprego na maneira como estão organizados os dados. Conforme salientamos na seção anterior, o movimento mais expressivo ocorrido na base da pirâmide ocupacional da metrópole baiana é a redução do peso do emprego doméstico – fato não captado

⁽¹²⁾ Que são serviços que exigem de seus vendedores/trabalhadores maior qualificação profissional.

⁽¹³⁾ Talvez relacionadas com as mudanças ocorridas na estrutura produtiva no período, que atraiu investimentos importantes para esse setor, do que puderam se beneficiar muitos trabalhadores por conta-própria ligados a essas atividades. Provavelmente, muitas dessas pessoas realizam, desde então, serviços terceirizados que anteriormente realizavam como assalariadas no âmbito das empresas que a contratam agora como trabalhadores autônomos.

pela tabela 18 dada a maneira como estão expostas suas informações. É no topo da distribuição que as mudanças setoriais se fazem sentir com maior nitidez. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que, na região metropolitana de Salvador, repetindo o ocorrido nas demais metrópoles, o emprego formal industrial foi o maior responsável pela redução da participação relativa do emprego com carteira assinada entre os 10% mais ricos. A outra modificação expressiva ocorrida na estrutura ocupacional dos 10% mais ricos nessa metrópole, qual seja, o aumento do peso relativo dos empregadores, pode ser explicado pelos empregadores da indústria de transformação e por aqueles das atividades sociais e os dos transportes e comunicações. Entre os autônomos, os prestadores de serviços auxiliares da atividade econômica merecem destaque: eles mais do que dobraram sua participação.

Por fim, para efeito de comparação da evolução dos perfis distributivos das metrópoles destacadas, apresentamos a tabela 19, que mostra dados da relação entre o rendimento médio do extrato dos 10% mais ricos e o rendimento médio dos 10% mais pobres para cada metrópole analisada, em 1993, 1995 e 1997. Trata-se de uma maneira de ver a evolução da desigualdade. O que se constata é que não existe uma trajetória nítida da distribuição pessoal da renda no período entremeado pela instalação do Plano Real. Na região metropolitana de São Paulo ocorre, em princípio (entre 1993 e 1995), um ligeiro aumento da diferença de renda entre os extremos da distribuição. Entre 1995 e 1997, entretanto, ocorre uma redução dessa trajetória, de tal forma que, encerrado o período em análise, a distância entre a renda média do decil mais rico e a do decil mais pobre é um pouco menor que no início do período (em 1993). Em Belo Horizonte, ocorre uma trajetória diferente da trajetória da metrópole paulista: primeiro a desigualdade aumenta e depois diminui, sendo que o período se encerra também (como em SP) com melhoria (modesta) do perfil distributivo. Na região metropolitana de Curitiba, entretanto, ocorre uma

trajetória constante de piora do perfil distributivo, quando medido pela diferença de renda média dos decis extremos da distribuição de renda. Em Salvador, antes de mais nada, chama a atenção a impressionante desigualdade existente entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, a qual se reduziu significativamente no período, apesar de ainda manter uma situação bastante pior do que a das demais metrópoles.

CONCLUSÕES

As suposições que fizemos nas duas primeiras seções do presente artigo (que se referiam, na maior parte, a dados extraídos para o conjunto do mercado de trabalho brasileiro) foram reforçadas quando analisamos separadamente as estruturas ocupacionais e setoriais das regiões metropolitanas selecionadas. Em primeiro lugar, devemos destacar que parece que, de fato, a evolução dos rendimentos dos trabalhadores autônomos e dos assalariados do setor informal dos mercados de trabalho regionais foi melhor do que a dos salários dos trabalhadores com carteira. A análise setorial aqui proposta, apesar de ser relativamente simples para a complexidade do problema que se pretende analisar, revela que parece mesmo que foi no setor industrial que se concentraram os piores resultados em termos de evolução dos níveis de rendimento e do estoque de empregos formais. Os dados de São Paulo, que tem maior concentração de emprego formal industrial, foram eloqüentes – e servem como alerta, para os formuladores de política macroeconômica, a respeito dos efeitos que planos de estabilização calcados no binômio câmbio valorizado/juros altos (especialmente em contexto de rápida e descuidada abertura comercial) têm sobre os setores mais dinâmicos da atividade econômica. Mesmo nas metrópoles que não concentram produção industrial da mesma magnitude que a de São Paulo, foi possível perceber os efeitos nefastos da natureza da estabilização monetária obtida desde a implementação do Plano Real. Na região metropolitana de Curitiba os dados não

são tão eloqüentes, mas há elementos que confirmam as conclusões obtidas em São Paulo.

Os efeitos positivos sobre os rendimentos dos vendedores de serviços (normalmente trabalhadores autônomos), comparados à trajetória do salário real médio do setor formal dos mercados de trabalho metropolitanos, promoveram de fato uma redução da desigualdade de renda existente nos mesmos (exceto no caso de Curitiba), já que é grande a incidência de trabalhadores dos serviços pessoais na base da pirâmide distributiva de todas as metrópoles brasileiras. Enquanto estava ocorrendo uma forte dispersão de preços relativos na economia brasileira (especialmente entre 1993 e 1995, mas ainda até 1997), os efeitos sobre o perfil distributivo brasileiro se fizeram sentir de forma nítida, revertendo-se quando, a partir de 1998, o ritmo de crescimento dos preços dos chamados *tradables* e o dos *non-tradables* passaram a convergir. Para o que nos interessa neste artigo, podemos concluir que, de fato, os movimentos diferenciados dos níveis de rendimentos do trabalho, segundo posição na ocupação, constatados para o conjunto do emprego do mercado de trabalho brasileiro confirmaram-se quando foram desagregados os dados brasileiros segundo as regiões metropolitanas. Não deixa de ser eloqüente o fato de que foi justamente em Salvador, a metrópole (entre as analisadas mais detidamente neste artigo) que concentra o maior peso de ocupações autônomas (tabela 6) (a maior parte das quais no setor de serviços) e de emprego doméstico, que ocorreu a maior redução da desigualdade de renda entre 1993 e 1997 (tabela 19).

Os resultados aqui analisados reforçam nossa proposição inicial de que o Plano Real promoveu uma pequena melhoria dos perfis distributivos entre 1993 e 1997, mas a mesma não se deveu a uma política deliberada de redistribuição de renda, mas a um fato que apareceu como consequência da natureza da estabilização de preços promovida pelo Plano Real, qual seja, um forte redimensionamento dos preços relativos do qual se beneficiaram os vendedores de serviços e de

bens não-comercializáveis no mercado internacional – pessoas essas que se encontram localizadas na base dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros. A valorização cambial nos primeiros anos do Plano permitiu que ocorresse essa melhoria momentânea dos perfis distributivos, de forma mais nítida, exatamente na metrópole que congrega a maior participação de ocupados que se beneficiaram da dispersão de preços nos anos iniciais do Plano Real.

Entretanto, quando a economia brasileira perdeu o dinamismo inicialmente estabelecido pelo Plano Real, o caráter efêmero e frágil da melhoria do perfil distributivo mostrou-se de maneira inequívoca.

BIBLIOGRAFIA

- BALTAR, P. e PRONI, M. (1995). **Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil**. Campinas: Cadernos do CESIT, n.o 15, I.E. /UNICAMP.
- BALTAR, P. e DEDECCA, C. (1997). **Mercado de Trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90**. Campinas: mimeo, I.E. UNICAMP.
- CACCIAMALI, M.C. (1995). **Mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: menos empregos, mais política pública**. São Paulo: IPE-USP, mimeo.
- CARDOSO Jr., J.C. (2001). **Crise e desregulação do trabalho no Brasil: primeiras aproximações sobre o tema**. IPEA. (mimeo).
- FILGUEIRAS, L. (2000). **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo Editorial.
- FIORI, J.L. (2001). **60 Lições dos 90**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.
- KON, A. (2001). “Padrões de distribuição das remunerações do trabalho no Brasil”. **Anais do XXIX Encontro Nacional de Economia da ANPEC**. Salvador, dezembro de 2001.
- MACHADO, A. F., MACHADO, D. C. (1998). Análise de Dois Setores no Mercado de Trabalho: Efeitos do Plano Real. **Revista de Economia Política**, v.18, n.4.

